

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/27998	36470/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

ASSUNTO: Protocolo de Cooperação Interinstitucional entre a Comunidade Intermunicipal do Cávado, a Câmara Municipal de Braga e a Universidade do Minho

CONSIDERANDO QUE:

· A Comunidade Intermunicipal do Cávado tem como suas atribuições, entre outras, nos termos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atualizada, a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal e a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos fundos europeus;

· A Universidade do Minho tem como suas atribuições interação com a sociedade, através de contribuições para a compreensão pública da cultura, da análise e da apresentação de soluções para os principais problemas do quotidiano, e de parcerias para o desenvolvimento social e económico, nos contextos regional, nacional ou internacional;

· As partes partilham do diagnóstico plasmado no Plano de Ação Regional para a Cultura NORTE 2030, promovido pela CCDDR NORTE (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, I.P.), referente à situação dos espólios resultantes de



intervenções arqueológicas realizadas na Região Norte e à necessidade de investimento na criação e qualificação de equipamentos e serviços com competências na área da Arqueologia;

· Como iniciativa estruturante de resposta ao problema identificado, o Plano de Ação Regional para a Cultura NORTE 2030 preconiza a implementação de uma rede regional, com cobertura NUTS II, de estruturas de vocação intermunicipal dedicadas à gestão, inventário, investigação, digitalização, conservação, valorização, promoção e mediação de espólios arqueológicos da Região Norte, designadas de “Polos Arqueológicos”, nos termos do Referencial Técnico adotado pela CCDR NORTE e expressamente validado pelo Património Cultural, I.P.

· O Município de Braga dispõe de atribuições, nos domínios do património, da cultura e da ciência, nos termos do n.º 1 n.º 2 alínea e) do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Assim:

PROPONHO QUE O EXECUTIVO MUNICIPAL, ao abrigo das atribuições constantes das alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, e da competência conferida pelo artigo 33.º, n.º 1, alínea t), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, DELIBERE APROVAR, a minuta do protocolo de cooperação interinstitucional, que se anexa à presente proposta e que dela passa a constar, com vista a instruir a candidatura do projeto ao Aviso NORTE2030-2025-15 - Rede de Polos Arqueológicos da Região Norte – Ação Piloto estruturante de gestão de espólios arqueológicos.

Anexos:

1. Minuta do Protocolo de Cooperação Interinstitucional entre a Comunidade Intermunicipal do Cávado, a Câmara Municipal de Braga e a Universidade do Minho

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Protocolo de Cooperação Interinstitucional entre a Comunidade Intermunicipal do Cávado, a Câmara Municipal de Braga e a Universidade do Minho

Considerando que:

- 1) A Comunidade Intermunicipal do Cávado tem como suas atribuições, entre outras, nos termos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atualizada, a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal e a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos fundos europeus;
- 2) O Município de Braga dispõe de atribuições, nos termos da referida lei, nos domínios do património, da cultura e da ciência;
- 3) A Universidade do Minho tem como suas atribuições interação com a sociedade, através de contribuições para a compreensão pública da cultura, da análise e da apresentação de soluções para os principais problemas do quotidiano, e de parcerias para o desenvolvimento social e económico, nos contextos regional, nacional ou internacional;
- 4) As partes partilham do diagnóstico plasmado no *Plano de Ação Regional para a Cultura NORTE 2030*, promovido pela CCDR NORTE (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, I.P.), referente à situação dos espólios resultantes de intervenções arqueológicas realizadas na Região Norte e à necessidade de investimento na criação e qualificação de equipamentos e serviços com competências na área da Arqueologia;
- 5) Como iniciativa estruturante de resposta ao problema identificado, o *Plano de Ação Regional para a Cultura NORTE 2030* preconiza a implementação de uma rede regional, com cobertura NUTS II, de estruturas de vocação intermunicipal dedicadas à gestão, inventário, investigação, digitalização, conservação, valorização, promoção e mediação de espólios arqueológicos da Região Norte, designadas de “Polos Arqueológicos”, nos termos do Referencial Técnico adotado pela CCDR NORTE e expressamente validado pelo Património Cultural, I.P.

Entre:



A Comunidade Intermunicipal do Cávado, com N.I.F. 508 779 472, com sede na Rua do Carmo nº 27-33, da cidade de Braga, representada neste ato pelo Vice-Presidente do seu Conselho Intermunicipal, Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, doravante designado por Primeira Outorgante ou por CIM Cávado;

O Município de Braga, com N.I.P.C. 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representada neste ato pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, doravante designado por Segundo Outorgante ou por promotor;

E a Universidade do Minho, com o NIF 502011378, com sede no Largo do Paço, em Braga, representada neste ato pelo seu Reitor, Rui Vieira de Castro, doravante designada por Terceira Outorgante ou por Gestora;

É celebrado o presente Protocolo de Cooperação Institucional (adiante designado por “Protocolo”), o qual se rege pelos considerandos *supra* e nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objeto)

1. O presente protocolo visa estabelecer formas de colaboração entre os Outorgantes, tendo em vista a implementação e dinamização do Polo Arqueológico do Cávado.
2. Os Outorgantes reconhecem que o Polo Arqueológico do Cávado será instalado no município de Braga, no Convento de S. Francisco, freguesia de Real, tendo como promotor o Município de Braga e como gestora a Universidade do Minho.
3. O Polo Arqueológico do Cávado terá como âmbito os espólios arqueológicos recolhidos no território correspondente à Entidade Intermunicipal do Cávado, incluindo os Concelhos de Amares, Braga, Barcelos, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.
4. A constituição do Polo Arqueológico do Cávado enquadra-se na proposta apresentada no *Plano de Ação Regional para a Cultura NORTE 2030* de implementação de uma rede regional de Polos Arqueológicos na Região Norte e respeitará o Referencial Técnico de objetivos, princípios, funções e requisitos de funcionamento adotado.



pela CCDR NORTE e validado pelo Património Cultural, I.P, assim como o procedimento da respetiva credenciação.

5. Para efeitos do previsto no número anterior, as Partes reconhecem que a credenciação do Polo Arqueológico do Cávado será formalizada nos termos do Referencial Técnico da Rede de Polos Arqueológicos da Região Norte, adotado pela CCDR NORTE e validado pelo Património Cultural, I.P., através de um processo em quatro fases infra descritas, para o que se comprometem a colaborar na instrução e acompanhamento deste procedimento, incluindo a disponibilização dos documentos e elementos necessários, e a cumprir as decisões emanadas da CCDR NORTE e do Património Cultural, I.P., no âmbito do mesmo
 - i. validação técnica do projeto;
 - ii. inspeção prévia às instalações;
 - iii. assinatura de protocolo tripartido de credenciação;
 - iv. monitorização e fiscalização periódica.
6. O Polo Arqueológico do Cávado respeita a uma estrutura agregadora de equipamentos e serviços na área da Arqueologia, com competências de depósito, inventário, conservação, investigação, digitalização, promoção, interpretação e mediação de espólio arqueológico, de vocação intermunicipal.
7. O Polo Arqueológico do Cávado terá como funções essenciais:
 - a. Garantir condições adequadas de acomodação, preservação, inventário, gestão e acesso a espólios resultantes de intervenções de Arqueologia no território intermunicipal;
 - b. Promover a qualificação de serviços de Arqueologia de base local e intermunicipal;
 - c. Promover a investigação arqueológica sobre o território, realizada no território;
 - d. Promover a integração de tecnologias digitais na gestão, divulgação e mediação de património arqueológico;
 - e. Promover a valorização cultural do património arqueológico.
8. A proteção e integridade dos espólios arqueológicos e a partilha e comunicação deste Bens constituem a justificação da existência destes serviços, devendo por isso orientar a definição das características e do funcionamento do Polo Arqueológico do Cávado.
9. Os espólios depositados no Polo Arqueológico do Cávado resultam de trabalhos arqueológicos legalmente autorizados, conform



definido na alínea g) do Artigo 2º do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro, e definem-se em conformidade com o ponto 2 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro.

10. Pode ainda ser considerado o depósito de Bens culturais móveis recolhidos fortuitamente que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante, reflitam valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade (cf. Artigo 2º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, na redação atualizada), mesmo que resultantes de remoções de terra, demolições ou obras de qualquer índole, ocorridos fora do âmbito de trabalhos arqueológicos (cf. ponto 5 do Artigo 77º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, na redação atualizada).
11. O Polo Arqueológico do Cávado constitui-se como instrumento subsidiário da gestão de acervos arqueológicos, integrando bens arqueológicos em depósito provisório, que poderão ser incorporados em instituições terceiras ao abrigo da Lei-Quadro dos Museus e de acordo com o previsto no ponto 7 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro.
12. O Polo Arqueológico do Cávado participará, nos termos do Referencial Técnico da Rede de Polos Arqueológicos da Região Norte, numa rede colaborativa com funções de acompanhamento e dinamização, com representantes da CCDR NORTE, do Património Cultural, I.P., da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E, dos Polos Arqueológicos da Região Norte, das Entidades Intermunicipais e dos Municípios da Região Norte, que promova e garanta a articulação entre as diferentes entidades com responsabilidade na gestão e promoção do património arqueológico.
13. A instalação e funcionamento do Polo Arqueológico do Cávado serão garantidos pelo Município de Braga, Promotor do projeto.
14. A instalação e funcionamento do Polo Arqueológico do Cávado obedecerão a um Plano Funcional a elaborar em conformidade com o Referencial Técnico da Rede de Polos Arqueológicos da Região Norte, devendo este plano definir a organização dos espaços, áreas técnicas e serviços, circulação, acessibilidade, segurança, climatização, e demais condições infraestruturais, devendo este Plano Funcional ser elaborado em articulação entre a entidade promotora, a entidade gestora e as equipas técnicas envolvidas,



acompanhará o projeto de adaptação física do(s) edifício(s), garantindo o cumprimento dos requisitos técnicos constantes nos pontos 7 a 11 do referido Referencial.

15. A atividade e gestão técnica e científica do Polo Arqueológico do Cávado serão garantidas pela Universidade do Minho, Gestora do projeto
16. O Polo Arqueológico do Cávado contará obrigatoriamente com um Diretor ou Responsável Técnico, designado pela Entidade Gestora, com perfil técnico e científico adequado à missão do Polo e experiência comprovada na área da Arqueologia ou Património Cultural.
17. A equipa técnica do Polo deverá incluir, pelo menos, técnicos superiores ou profissionais com formação nas áreas da Arqueologia, Conservação Preventiva, Tecnologias Digitais e Mediação Patrimonial, ou outras que se revelem pertinentes ao cumprimento do plano de atividades.
18. As funções desta equipa incluem a gestão do espólio em depósito, a implementação dos planos de conservação e digitalização, a promoção da investigação e a valorização pública dos materiais arqueológicos, conforme os princípios definidos no ponto 12 do Referencial Técnico.

Cláusula Segunda

(Obrigações da Comunidade Intermunicipal do Cávado)

A Comunidade Intermunicipal do Cávado contribuirá, através da sua [Comissão Executiva, Secretário Executivo ou serviços responsáveis, se aplicável], ao abrigo do presente protocolo, com as seguintes atividades:

1. Emitir declaração de reconhecimento de vocação e interesse Intermunicipal de projeto Polo Arqueológico do Cávado, em conformidade com o previsto no *Aviso NORTE2030-2025-15 - Rede de Polos Arqueológicos da Região Norte - Ação Piloto estruturante de gestão de espólios arqueológicos*;



-
-
2. Supervisionar e garantir o cumprimento do presente protocolo, presidindo a uma comissão de acompanhamento/conselho geral [designação a escolher] de base intermunicipal, que reunirá, pelo menos, uma vez ao ano para informação, apreciação/parecer/aprovação [enunciado de competências a definir por cada Entidade Intermunicipal] das atividades e desenvolvimento do projeto;
 3. Apoiar, sempre que necessário, o levantamento prévio dos conjuntos de materiais arqueológicos a integrar o Polo Arqueológico do Cávado, em particular junto dos Municípios da Entidade Intermunicipal, promovendo articulação entre entidades e eventuais transferências de depósito consideradas necessárias pelas partes;
 4. Participar, sempre que necessário, na criação e atualização de diretório regional de agentes culturais, científicos, educativos e tecnológicos relevantes à atividade do Polo Arqueológico do Cávado;
 5. Participar e acompanhar a redação dos documentos estratégicos do Polo Arqueológico do Cávado, de modo a garantir a sua vocação intermunicipal;
 6. Colaborar ativamente na identificação de possíveis fontes de financiamento para projetos a dinamizar pelo Polo Arqueológico do Cávado;
 7. Participar e apoiar a divulgação pública de iniciativas do Polo Arqueológico do Cávado direcionadas ao depósito, inventário, conservação, gestão, investigação, digitalização, interpretação e mediação de espólio arqueológico.

Cláusula Terceira (Obrigações do Município de Braga)

O Município de Braga contribuirá, através da sua [elencar serviços responsáveis se aplicável], ao abrigo do presente protocolo, com as seguintes atividades:

1. Assegurar a disponibilidade de edifício(s) ou espaço(s) adequado(s) à instalação e desenvolvimento do Pólo Arqueológico do Cávado;



-
-
2. Garantir a execução dos investimentos necessários à implementação e funcionamento do Polo Arqueológico do Cávado, incluindo:
 - a. a contratação e acompanhamento de execução de projetos e obras que garantam a adaptação técnica e funcional necessária do(s) edifício(s) e espaço(s) para instalação e subsequente funcionamento do projeto;
 - b. a aquisição e acompanhamento de instalação de equipamento necessária do(s) edifício(s) e espaço(s) para instalação e subsequente funcionamento do projeto;
 - c. a disponibilização/ contratação de recursos humanos definidos como essenciais à instalação e do projeto
 3. Garantir a apresentação de candidatura do projeto ao *Aviso NORTE2030-2025-15 - Rede de Polos Arqueológicos da Região Norte - Ação Piloto estruturante de gestão de espólios arqueológicos*, cumprindo os termos e requisitos do Referencial Técnico adotado;
 4. Apoiar o levantamento prévio dos conjuntos de materiais arqueológicos a integrar o Polo Arqueológico do Cávado;
 5. Garantir a redação dos documentos estratégicos e/ou programáticos do Polo Arqueológico do Cávado;
 6. Definir, protocolar ou contratualizar a gestão e desenvolvimento do Polo Arqueológico do Cávado com a Entidade Gestora, de natureza científica e/ou patrimonial;
 7. Definir e participar dos órgãos consultivos e deliberativos que estruturam o funcionamento do Polo Arqueológico do Cávado;
 8. Aprovar e garantir a execução do plano de atividades proposto pela Entidade Gestora do projeto;
 9. Promover e participar da elaboração de candidaturas a possíveis fontes de financiamento para projetos a dinamizar pelo Polo Arqueológico do Cávado;
 10. Participar da rede colaborativa com funções de acompanhamento e dinamização dos Polos Arqueológicos da Região Norte, assegurada pela CCDR NORTE, contribuindo para a articulação entre entidades com responsabilidade na gestão e promoção do património arqueológico;



-
-
11. Participar na divulgação pública de iniciativas do Polo Arqueológico do Cávado direcionadas ao depósito, inventário, conservação, gestão, investigação, digitalização, interpretação e mediação de espólio arqueológico.

Cláusula Quarta (Obrigações da Universidade do Minho)

A Universidade do Minho contribuirá, ao abrigo do presente protocolo, para o objeto do Protocolo, com as seguintes atividades:

1. Apoiar a Entidade Promotora na preparação de informação técnica necessária à candidatura do projeto ao *Aviso NORTE2030-2025-15 - Rede de Polos Arqueológicos da Região Norte - Ação Piloto estruturante de gestão de espólios arqueológicos*, nomeadamente:
 - a. o levantamento prévio dos conjuntos de materiais arqueológicos a integrar o Polo Arqueológico do Cávado;
 - b. a proposta de programa funcional de ocupação do(s) edifício(s) e espaço(s) definidos para instalação do projeto;
 - c. a identificação de necessidades e acompanhamento de projetos e obras de adaptação técnica do(s) edifício(s) e espaço(s) definidos para instalação e subsequente funcionamento do projeto;
 - d. a identificação de necessidades, e acompanhamento de instalação, de equipamento necessário para instalação e subsequente funcionamento do projeto;
 - e. a definição do perfil e competências, e acompanhamento de contratação, de recursos humanos definidos como essenciais à instalação e subsequente funcionamento do projeto;
 - f. a avaliação de despesas necessárias ao bom funcionamento de edifício(s) e espaço(s), equipamentos e ao cumprimento do conjunto de funções e serviços afetos ao projeto.
2. Elaborar, no prazo máximo de 12 meses após a credenciação do Polo Arqueológico do Cávado, os seguintes instrumentos técnicos de gestão, nos termos do Referencial Técnico da Rede de Polos Arqueológicos da Região Norte:
 - a. Normativo para depósito de materiais arqueológicos e documentação associada;
 - b. Plano de Conservação Preventiva;
 - c. Plano de Preservação Digital;



-
-
- d. Sistema de Inventário e Gestão de Informação compatível com o Endovélico e com interface pública;
 - e. Normativo de acesso e consulta a espólio arqueológico em depósito.
 - f. Tais documentos deverão ser objeto de aprovação interna e submetidos à CCDR NORTE e à Tutela, sempre que exigido, comprometendo-se as Partes a garantir os meios e recursos para a sua aplicação pelos órgãos consultivos ou deliberativos que venham a estruturar o funcionamento do Polo Arqueológico do Cávado;
3. Propor plano de atividades para o Polo Arqueológico do Cávado, com periodicidade que vier a ser definida nos seus instrumentos de gestão;
 4. Gerir e garantir o bom funcionamento e o cumprimento dos documentos estratégicos e do plano de atividades para o Polo Arqueológico do Cávado;
 5. Colaborar ativamente na identificação de possíveis fontes de financiamento para projetos a dinamizar no Polo Arqueológico do Cávado e garantir a elaboração de documentação técnica necessária às candidaturas, podendo assumir a sua candidatura, em articulação com a entidade promotora;
 6. Participar da rede colaborativa com funções de acompanhamento e dinamização dos Polos Arqueológicos da Região Norte, assegurada pela CCDR NORTE, contribuindo para a articulação entre entidades com responsabilidade na gestão e promoção do património arqueológico;
 7. Assegurar, em articulação com a entidade promotora, a divulgação pública de iniciativas do Polo Arqueológico do Cávado, direcionadas ao depósito, inventário, conservação, gestão, investigação, digitalização, interpretação e mediação de espólio arqueológico;

Cláusula Quinta (Comissão de acompanhamento)

1. As partes outorgantes constituirão uma comissão de acompanhamento/conselho geral [designação e figura a adotar po



cada Entidade Intermunicipal], composta por representantes da Entidade Intermunicipal, do Promotor, da Entidade Gestora, da CCDR NORTE e dos Municípios.

2. A Comissão de Acompanhamento reunir-se-á pelo menos uma vez por ano e as vezes que achar oportuno, estando incumbida de zelar pela boa aplicação e desenvolvimento do objeto do presente protocolo, bem como interpretar as dúvidas que possam surgir em relação à redação e aplicação do conteúdo do respetivo clausulado.

Cláusula Sexta (Correspondência)

No âmbito do presente protocolo, a correspondência a remeter para o Primeiro Outorgante deverá ser endereçada para XXX, ou através do endereço de e-mail XXX; para o Segundo Outorgante deverá ser endereçada para Ricardo Rio, ou através do endereço de e-mail ricardo.rio@cm-braga.pt; para o Terceiro Outorgante, para a Reitoria da Universidade do Minho, ou através do endereço de e-mail: sec-reitor@reitoria.uminho.pt.

Cláusula Sétima (Vigência)

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigorará pelo período necessário à concretização do seu objeto.

Cláusula Oitava (Revisão)

1. O presente protocolo pode ser alterado, por mútuo acordo das partes outorgantes, caso haja necessidade de introduzir modificações, desde que as mesmas concorram para a melhoria, expansão de efeitos ou eficácia do objeto do Protocolo.
2. Qualquer alteração, aditamento ou disposição acessória ao presente protocolo deverá constar de documento escrito, assinado pelas partes, passando a constituir uma Adenda a este, dele fazendo parte integrante, devendo ser comunicado à CCDR NORTE e à Autoridade de Gestão do NORTE 2030.



Cláusula Nona (Proteção de Dados)

1. Para efeitos do presente protocolo, as Entidades Outorgantes estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD), e da sua lei de execução - Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto - e demais legislação aplicável.
2. Os dados pessoais recolhidos, no âmbito do presente protocolo, serão utilizados, única e exclusivamente, para efeito da sua gestão e operacionalização.
3. Os dados pessoais serão conservados pelo período estritamente necessário para a gestão do presente protocolo, exceto nos casos em que outro período seja exigido pela legislação aplicável.
4. Os outorgantes garantem aos titulares dos dados pessoais o exercício dos seus direitos em relação aos dados recolhidos, como o direito de acesso, retificação, apagamento, oposição, limitação do tratamento e portabilidade, de acordo com a legislação aplicável.

Cláusula Décima (...)

O presente protocolo é lavrado em triplicado e será assinado em nome da Comunidade Intermunicipal do Cávado por XXX, cargo; pelos representantes legais dos Municípios que integram a Entidade Intermunicipal; em nome do Promotor, por XXX, cargo, e em nome da Universidade do Minho por Rui Vieira de Castro, reitor.

XXXXX, XXX de XXXXXX de 2025

